| | |
|---|---|
| **PROCESSO** | - |
| **INTERESSADO** | **Comissão de Patrimônio Cultural do CAU/SP – (CPC – CAU/SP)** |
| **ASSUNTO** | Relatório Oficial da CPC, referente ao Seminário de Políticas Integradas – Patrimônio, Planejamento e Habitação Social e Sistema Estadual do Patrimônio. |

**DELIBERAÇÃO Nº 08/2018 – CPC-CAU/SP**

A COMISSÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL – CPC - CAU/SP, reunida ordinariamente na Sede do CAU/SP, em São Paulo/SP, no uso das competências que lhe confere o artigo 84, inciso V do Regimento Interno do CAU/SP, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando o Seminário de Políticas Integradas realizado no dia 08 de agosto de 2018;

Considerando os documentos produzidos pela relatoria e assessoria do Seminário - Conselheira Dilene Zaparoli, Conselheira Vanessa Gayego Bello Figueiredo e assessor André Nascimento Prestes Medeiros;

Considerando a Súmula da 5ª Reunião Ordinária da CPC, item n.02 – Seminário de Políticas Integradas – Documento Final, realizada no dia 16 de agosto de 2018;

**DELIBERA:**

1- Aprovar o relatório ref. ao Seminário de Políticas Integradas, conforme anexo;

2 - Encaminhar esta deliberação à Presidência do CAU/SP para providências cabíveis;

Com **03 votos favoráveis** dos conselheiros Maria Rita Silveira de Paula Amoroso, Vanessa Gayego Bello Figueiredo, Carlos Alberto Palladini Filho; e **02 ausências** Dilene Zaparoli, Cassia Regina Carvalho de Magaldi.

São Paulo, 28 agosto de 2018.

**MARIA RITA SILVEIRA DE PAULA AMOROSO**
Coordenadora

**VANESSA GAYEGO BELLO FIGUEIREDO**
Coordenadora-Adjunta

**CARLOS ALBERTO PALLADINI FILHO**
Membro

# RELATÓRIO

## SEMINÁRIO DE POLÍTICAS INTEGRADAS
## Sistema Estadual de Patrimônio Cultural e Planejamento e Habitação Social

### Comissão de Patrimônio Cultural do CAU/SP

A Comissão de Patrimônio Cultural do CAU/SP (CPC), no âmbito de suas atribuições e de acordo com o Plano de Trabalho/2018, aprovado em sua 2ª reunião ordinária em 10 de maio de 2018, realizou no dia 08 de agosto o seminário de Políticas Integradas: **Sistema Estadual de Patrimônio Cultural, Planejamento e Habitação Social,** tendo por objetivo debater e formular um conjunto de ações que subsidiarão a elaboração de uma Carta Compromisso a ser entregue aos candidatos ao governo do Estado de São Paulo.

O Seminário reuniu 22 participantes, dentre estes conselheiros titulares e suplentes das comissões envolvidas e especialistas convidados nos diversos assuntos tratados. Foram realizadas duas mesas de debate:

Mesa 1 – Sistema Estadual de Patrimônio Cultural e Financiamento

Mesa 2 – Políticas Integradas de Patrimônio Cultural, Habitação e Planejamento urbano e Regional.

A seguir, apresentamos a sistematização elaborada pela **Comissão de Patrimônio do CAU SP** a partir das pautas e debates ocorridos no presente seminário. Esta sistematização integrou o documento Carta Aberta do CAU SP aos candidatos ao governo do Estado de São Paulo.

### Sistematização de Propostas da Comissão de Patrimônio Cultural do CAU /SP para a apresentação de Agenda do CAU/SP para a Política Urbana, Ambiental e Territorial do Estado de São Paulo – Carta Aberta aos candidatos ao Governo do Estado de São Paulo 2018

**Ampliação da política de preservação cultural para os patrimônios imateriais e paisagens culturais**

Diante do potencial agregador do patrimônio cultural no Brasil, desse patrimônio que nos une, e dos alargamentos recentes do conceito de patrimônio, o órgão estadual e o sistema estadual de patrimônio devem estruturar políticas de identificação, valorização e recuperação dos patrimônios imateriais (celebrações, costumes, tradições, modos de fazer, expressões culturais na música, na literatura, nas artes e artesanato, gastronomia, lugares, etc.) e paisagens culturais (agenciamento integrado dos patrimônios materiais, imateriais, naturais e paisagísticos, identidades e apropriações culturais e suas expressões territoriais). Contemplar os patrimônios para além daqueles monumentais, englobando o patrimônio como direito à memória, à história, à paisagem, ao reconhecimento das diversas culturas, tradições, apropriações e identidades.

Instituição dos instrumentos do registro do patrimônio imaterial e da chancela da paisagem cultural, assim como dos Planos Estaduais de Patrimônio Imaterial e da

Paisagem Cultural, a exemplo de como vem atuando o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

**Fortalecimento Institucional dos Órgãos e Políticas de Patrimônio Cultural**
Promover o fortalecimento institucional ampliando recursos financeiros e humanos para as políticas de preservação do patrimônio cultural, fomentando estruturas institucionais regionais intermediárias (entre o Estado e o Município) polarizadas pelas metrópoles ou pelas cidades de maior porte na rede urbana do Estado de São Paulo, a exemplo das "Casas do Patrimônio" do IPHAN. Fortalecer as estruturas de fiscalização visando a permanência dos patrimônios e o reinvestimento desses recursos na preservação cultural. Elaborar um diagnóstico da situação dos bens já reconhecidos pelo CONDEPHAT e, a partir dele, uma Lista do Patrimônio Estadual em Perigo, visando priorizar ações emergenciais aos bens que demandavam recursos urgentes para sua salvaguarda, de acordo com a formulação elaborada pela Secretaria da Cultura do Estado (Processos SC 20.311/2012 e SC 124.569/2011), que já continham uma minuta de lei e proposta de arranjo institucional e de financiamento. Criação de critérios para os repasses de recursos do Departamento de Apoio a Estâncias Turísticas (DADE) do Governo do Estado, em benefício da preservação do patrimônio cultural local.

**Sistema Estadual de Patrimônio Cultural**
Organizar um sistema estadual de patrimônio, a partir da conjunção de várias fontes de financiamento, a exemplo do ICMS Cultural de Minas Gerais que destina 1% do ICMS para as políticas de patrimônio cultural no Estado. As cidades com áreas culturalmente e/ou ambientalmente protegidas tem restrições para o desenvolvimento urbano e econômico, o que justifica a distribuição do ICMS e outras fontes de recursos às cidades menos desenvolvidas como forma de compensação por suas políticas territoriais de preservação. Isto é, o desenvolvimento deve ser estruturado não apenas a partir da expansão e transformação do território natural em rural ou urbano, mas também a partir das economias que envolvem a preservação das pré-existências, agenciando políticas de economia criativa, de turismo sustentável e de outras formas do morar.
Esse sistema deverá fomentar a criação de conselhos deliberativos, órgãos de patrimônio e políticas de preservação nos municípios, assim como as estruturas institucionais regionais intermediárias citadas acima. Promoção de consórcios intermunicipais para a preservação de patrimônios e paisagens culturais regionais.

**Programa de Reabilitação Urbana em áreas de Interesse Cultural**
O caso recente da tragédia anunciada do edifício Wilson Paes no Centro de São Paulo é a expressão da ausência de políticas públicas integradas e compartilhadas. A reabilitação urbana é um tipo de intervenção voltada a valorizar as pré-existências, os patrimônios, os valores culturais, sociais, econômicos e funcionais, envolvendo o planejamento e um diálogo permanente com inclusão da população residente e/ou trabalhadora dessas áreas. Neste sentido, o programa visa organizar estruturas institucionais para a viabilizar um sistema de gestão integrada (integrando vários setores, como habitação, mobilidade, saneamento, cultura, economia, desenvolvimento social, ambiental, etc.) e compartilhada (vários níveis de governo, federal, estadual e municipal).
Organizar um sistema de financiamento que viabilize: 1. bancos públicos fomentando linhas de crédito para restauro em imóveis públicos e privados, para fins de utilização com qualquer uso, especialmente atividades econômicas e habitação de interesse social; 2. Subsídios ao restauro para habitação de interesse social em edifícios de interesse cultural; 3.contribuições da sociedade e empresas por meio de doações e

outros agenciamentos institucionais que viabilizem a captação de recursos diversos para preservação.
Ampliar ATHIS – Assistência Técnica Gratuita para Habitação de Interesse Social para promover HIS em áreas e edifícios de interesse cultural.

**Educação Patrimonial e Profissionalização para o Restauro**
Estruturar programas para ampliar a educação para a preservação do patrimônio cultural nas escolas paulistas, assim como para capacitação e qualificação continuada de mão-de-obra para o restauro, com fomento à criação de cooperativas e oficinas de artes e ofícios.

## Relatoria do Seminário

A Conselheira Maria Rita Silveira de Paula Amoroso, coordenadora da CPC, apresenta aos convidados os assuntos que serão tratados com o objetivo de fomentar a discussão para elaboração da Carta Compromisso, dando início ao evento.

A Conselheira Cassia Regina Carvalho de Magaldi, membro da CPC e coordenadora da mesa (primeiro bloco), expõe sobre as problemáticas enfrentadas no segmento, citando o esvaziamento de profissionais e especialistas habilitados nos órgãos de preservação, provocando a discussão.

Considerando estas questões a Conselheira Federal e palestrante Nádia Somekh, apresenta sua pesquisa realizada em Londres, com vários estudos de casos, mencionando algumas ações estratégicas adotadas para facilitar a inserção da sociedade sobre o tema "preservação". Neste sentido foram colocadas várias reflexões, conforme expomos a seguir:

- A questão do patrimônio é urbana. Temos que avançar para além das ações voltadas apenas ao restauro do edifício.
- Facilitar a interlocução para que a sociedade tenha voz e escolha o que deseja preservar.
- As Jornadas do Patrimônio auxiliam a popularizar as políticas de patrimônio. (Virou lei e é suprapartidária)
- O Papel de resistência dos órgãos tem que mudar. A sociedade tem que assumir mais a luta pelo patrimônio.
- É necessário o Fortalecimento institucional das políticas de patrimônio cultural.
- Não basta restaurar e largar, a sociedade tem que estar mobilizada e assumir a continuidade da preservação.
- Identificar e mapear fontes de financiamento.
- 85% do patrimônio da cidade de São Paulo é privado, como tratar isso? Precisa de Fontes de financiamento.
- Fábrica de Restauro – Bixiga – projeto piloto.
- Projetos Urbanos e economia criativa – como a universidade pode se expressar em contraponto a dinâmica imobiliária.

- Maioria da população que habita é de baixa renda. Temos que ter políticas casadas. Patrimônio/HIS/Politicas socioeconômicas inclusivas.
- Precisamos trabalhar o conceito de Patrimônio Inclusivo.

O palestrante Prof.Dr. Flávio Carsalade, expõe sobre os valores de arrecadação destinados ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), referente ao imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), explanando as mudanças que ocorreram no decorrer da história, abrangendo desde à legislação até aos programas de incentivo implantados. Neste sentido foram colocadas algumas reflexões pelo professor conforme registramos a seguir:

- A área de patrimônio ficou muito preocupada somente com o restauro. Talvez não seja tão urgente quanto as outras questões que estão nos mobilizando hoje, como a questão urbana.
- Patrimônio foi um tema de vanguarda durante muitos anos. Tem virado coisa de conservadorismo e não de conversação. O Patrimônio tem questão social. Estamos perdendo uma posição de vanguarda e se acomodando em uma posição reacionária dentro da sua redoma. Precisamos sair desse isolamento. O patrimônio tem que se colocar dentro da vida, da sociedade, do uso, da apropriação.
- Dificuldade de relacionar desenvolvimento e conservação. Precisamos fazer isso. O Mundo se transforma. Conservação está muito mais ligada à gestão da transformação do que a gestão da preservação.
- Críticas são convergentes. Livro do Nabil mostra isso. Rediscussão epistemológica do termo patrimônio e preservação.
- Participação e legitimidade na área do patrimônio. Problema da verticalização chama para reivindicação do Direito a Paisagem e direito ao sol. Consciência global sobre patrimônio precisa ser desenvolvida junto a sociedade. As ações da sociedade ainda são muito pontuais e preocupadas com questões até de cunho individual.
- Sistema Estadual de Patrimônio, Políticas Públicas e ICMS Cultural MG:
  1995 lei 12.040, 2000 lei 13.803, 2009 lei 18.030. 75% Estado. Patrimônio 1%.
  Cidades Historicas e com muitas áreas ambientais tem restrições para o desenvolvimento urbano e econômico. Entao isso justificou a retiradas do ICMS das cidades mais desenvolvidas para as menos como forma de compensação.
  1% com efeito multiplicador muito grande, impacto muito grande no território. Criou-se um sistema de pontuação para que os recursos sejam aprovados. Ter conselho, ter estrutura institucional pra gestão, isso fomentou a criação de conselhos e estruturas de gestão. Pontuação maior pra bens tombados pelo IPHAN, depois IEPHA, depois muncipais. Centrado no tombamento. Começaram a tombar exageradamente pra pegar o recurso. Começou a exigir laudo de conservação e não somente o tombamento. Depois começou a pontuar participação popular em conselhos e aqueles que forem deliberativos.
  Criou Instrumento de monitoramento da política do ICMS Cultural.
  Valorização e pontuação de Educação Patrimonial. Fundo Municipal de Patrimônio.
  Inventario de proteção de bens. Registro de bens imateriais.
  Zoneamento não funcionou tão bem para preservação de bairros. O que acabou funcionando mais foram os tombamentos de bairros.
  Capacitação de corpo técnico das prefeituras.
  O ICMS Cultural abriu um mercado muito grande para arquitetos, tanto nos restauros quanto nas consultorias para elaboração de laudos de conservação, estruturação de relatórios para o ICMS Cultural.

IEPHA passou a ser um órgão que colocava padrões de qualidade e orientava efetivamente os órgãos municipais. Indutor de politicas municipais em nível estadual, provocou um sistema estadual de patrimônio em MG. Os problemas foram sendo resolvidos ao longo do processo de implementação. Criou-se novos mecanismos e adaptações para os problemas que foram surgindo.
Atrativo do ICMS Cultural foi o dinheiro (média de 40 milhões por ano em 20 anos. 2017 90 milhões) – de 100 para 727 conselhos instalados (tem que se reunir no mínimo 4 vezes ao ano). Crescimento de bens municipais 4118 bens tombados. Inventario; Pontuação de cidades que passaram recursos de outras fontes para o FUNDO de patrimônio; Maior permeabilidade do governo estadual nos municípios.

- Zoneamento não funcionou tão bem para preservação de bairros. O tombamento que segurou as intervenções.

**Debate**

Considerando a programação do Seminário, os debatedores formados pelos Conselheiros *Nabil Bonduki*, *Nádia Somekh*, *Flávio Carsalade* e o convidado José Antonio Chinelato Zagatto, se apresentam a mesa para início ao debate.

**Conselheiro Nabil Bonduki – Debatedor**

- Várias questões gerais estão abordadas: rediscussão do pacto federativo, financiamento como elemento indutor (como ICMS Cultural). Precisamos encontrar novas fontes de financiamento para as políticas urbanas.
- Estado buscar melhorar sua relação com os municípios, induzindo politicas municipais, integração das políticas urbanas, romper a fragmentação entre habitação, saneamento, patrimônio, etc.
- Questão federativa – rede urbana desigual. Capitais x cidades pequenas. 15 cidades com mais de 400 mil habitantes. 76 com menos de 20 mil habitantes e não tem capacidade institucional.
- Estado precisa ter uma política de regionalização. Polarizada pelas cidades maiores e com mais recursos e capacidade.
- Como descentralizar a política de patrimônio por meio de um sistema de órgãos regionais descentralizados.
- Instâncias transversais – romper a fragmentação das instituições. Cultura tem que ser pensada transversalmente no conjunto das políticas.
- Buscar trazer a questão do patrimônio para o plano diretor – territórios de interesse da cultura e do patrimônio. Articular patrimônios e identidade com planejamento e desenvolvimento econômico.
- Nova cultura urbana – buscando alterar por exemplo a cultura do automóvel para a do pedestre. Relação com o Patrimônio Vivo e sustentabilidade.
- Sustentabilidade – patrimônios cumprindo um papel para a cidade, uso, apropriação, vida cotidiana.
- Precisamos avançar na preservação de espaços habitacionais de interesse do patrimônio.

**Convidado José Antonio Chinelato Zagatto – Debatedor**

- Governos locais em sua grande maioria são incapazes de montar estruturas sobre o patrimônio, não possuem nem médicos e nem professores suficientes.
- Estado recebe recursos e não gera políticas em SP. MG é exceção.
- Visão de desenvolvimento muito voltada ao novo e não a pré-existências.
- Lista do Patrimônio em Perigo – lista de bens foi uma tentativa de priorizar aqueles bens que demandavam recursos urgentes.
- No Estado de SP - Recursos da Cultura 180 milhões para eventos e 180 mil para patrimônio. É necessária uma reorganização administrativa para dividir melhor os recursos já existentes.
- Financiamento – quando tem demora para chegar e a burocracia é enorme. Iguape 10 anos para captar o recurso 4 projetos via PAC Cidades Históricas.

**Flávio de Lemos Carsalade – Debatedor**

- O patrimônio funciona bem quando temos a cesta de investimentos. Combinação de recursos provenientes de várias fontes. Não dá para o patrimônio ficar isolado do planejamento. A lógica de fazer orçamento por setores das políticas deve ser alterada.
- Atribuição nossa – temos que ter o planejamento regional. Minas Gerais criou microrregião e viraram políticas e não funcionam. União de municípios para se complementarem. Planejamento regional integrador abrangente que trabalhe por programas com objetivos claros e territórios delimitados.

**Conselheira Cassia Regina Carvalho de Magaldi – Coordenadora da Mesa**

- O planejamento regional é fundamental para conciliar o patrimônio com a agenda urbana, o repertório do patrimônio, planejamento urbano e regional.

Encerrando o primeiro período do Seminário, a Conselheira Maria Rita, inicia o segundo bloco, convidando os profissionais: Arq. e Urb. Sarah Feldman, Arq. e Urb. Rossella Rossetto, Arq. e Urb. Juliana Prata e Tonny Mattos, para fazerem parte da mesa e relatarem suas experiências e reflexões sobre o tema elencado: **Política urbana, habitação social, patrimônio e reuso.**

A Arquiteta e Urbanista Sara Feldman, inicia explanando sua visão sobre o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), abordando desde sua configuração atual, o seu papel como Conselho e sua representatividade sobre as esferas de governo.

Segundo *Feldman*, o CONDEPHAAT, procura entender o que é representativo no âmbito da *importância dos bens*, no qual passou por uma mudança, ampliando esta visão do que de fato representa o *patrimônio* considerando outros tipos de bens.

Em relação aos conselhos de outros municípios o CONDEPHAAT tem relação distante. A palestrante usou o termo "aproximação episódica".

Sobre o tema habitação, o CONDEPHAAT encara isto relacionado ao patrimônio como um problema e em relação as políticas urbanas, não existe interação entre as esferas de governo.

Apesar do alargamento do conceito do patrimônio, segundo Feldman, o CONDEPHAAT, permanece com uma postura muito defensiva, sempre com ameaça a demolição e acaba ficando no campo da excepcionalidade. Chamando de cultura urbanística, porque chama de valor social, construídos por um conjunto de situações.

A política de habitação social, por sua vez se dará por meio da construção do novo. E quem colocará como pauta a inserção dos edifícios vazios para o uso da habitação serão os moradores do cortiço. Quando então esta política do demolir aparece, inicia com todas as suas complexidades e dificuldades.

Portanto, a estratégia consiste em unificar as estruturas desconcetadas. A palestrante lança algumas sugestões sobre como unir as políticas do patrimônio, conforme demonstramos a seguir:

> Poderíamos pensar essas questões de políticas que integrem múltiplas realidades de intervenção na escala do edifício e na escala do urbano. A área central de São Paulo apresenta uma densidade de problemas, mas temos que pensar em uma política que possa ser usada em qualquer lugar da cidade, levando-se em consideração as cidades do interior. Assim, com esta possibilidade de várias modalidades de intervenção, podemos romper com essa excepcionalidade que é conferida ao patrimônio, de ficar a reboque da atuação voltada aos interesses exclusivos do mercado, sendo uma possibilidade de desenvolvimento de novos materiais, de estruturas de atualização dos edifícios pré-existente. Portanto isto requer um desenho institucional, que não vem a ser o caso do momento, mas sendo um assunto que deve ser tratado de forma definitiva inserindo a questão do patrimônio no contexto das políticas urbanas.

A Arquiteta e Urbanista Rossela Rosseto, ressalta a importância de se ter uma visão sistêmica e abrangente do patrimônio cultural e da habitação. Segundo o seu olhar as duas áreas se olham de uma maneira ainda enviesada: o *patrimônio* como uma ameaça, e a *habitação* como um entrave. Segundo *Rossela Rosseto,* é necessário ter uma aproximação, ficando notório que existe uma integração entre os temas. Neste sentido, as entidades de classe, como o CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO (CAU), o INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL (IAB) e as Universidade teriam um papel fundamental para se pensar em soluções de forma a integra-las, tendo como ponto de partida: **Capacitação e educação patrimonial** – nas universidades, nos escritórios modelos, e também no processo de auto-gestão, sendo uma ação que serviria para ajudar na manutenção dos bens. **Assessoria Técnica para Habitação de Interesse Social** – No qual no momento não foi associada as questões do patrimônio, sendo sugerido pela palestrante um edital que

contemplasse ambos os temas. **Legislação:** Habitação e Patrimônio – Avanço na criação da Lei de zoneamento ref. as ZEPECs (Zonas Especiais de Interesse do Patrimônio Cultural) e ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social).

O palestrante Toni Matos, conselheiro do Conselho Estadual de Habitação e líder de movimento de moradias, expõe a falta de representatividade dos técnicos e especialistas do IPHAN ou CONDEPHAAT, nos temas que se relacionam ao âmbito da moradia na região Central da cidade de São Paulo, no qual segundo sua visão falta uma análise técnica, nestas discussões. Entende que os conselhos na cidade de São Paulo possuem papel importante, mas nem todos são deliberativos, o que gera a falta de avanço nas propostas colocadas nos grupos de discussão. Toni enfatiza que as políticas desenvolvidas no município de São Paulo são excludentes, visam a retirada das pessoas que moram nas áreas centrais e em edifícios abandonados na região central. Portanto compreende que o Conselho de Arquitetura (CAU), tem um papel fundamental em estabelecer as assessorias técnicas, citando como exemplo o desabamento do Edifício na região central da cidade de São Paulo, no qual poderia ser contornado com a atuação do poder público em solicitar assessorias técnicas preventivas para se evitar a tragédia.

O palestrante Walter Pires do Departamento de Patrimônio Histórico de São Paulo (DPH), expõe sobre o avanço que ocorreu na visão sobre o tema patrimônio, decorrentes das ações dos grupos sociais. Entretanto, os esforços para aproximar o planejamento, patrimônio, gestão da cidade, não deram certo. Sobre esta perspectiva, Walter Pires traz uma reflexão, que deve ser pensado, relacionado ao planejamento na multiplicação de habitações, sejam em edifícios novos, tombados ou não, ocupados ou não, e pensar em outras funções que possam ser atribuídas, pois esta ação propiciará em uma nova rede de habitação, que precisará de uma infraestrutura.

A Arquiteta e Urbanista Juliana Prata, do Instituto do Patrimônio histórico e Artístico Nacional (IPHAN), enfatiza que as políticas urbanas estão mais relacionadas ao município do que propriamente aos órgãos de preservação, expondo a necessidade de se promover uma política integrada unindo forças. Para esta junção, a palestrante expõe os principais agentes facilitadores para construção desta política, como o governo, os grupos de moradia, os Órgãos Públicos, os arquitetos e urbanistas, o mercado imobiliário, dentre outros. Segundo Arq. Juliana Prata, o IPHAN abandonou os Estados e se voltou para os municípios.

Considerando a programação do Seminário, o debatedor Luiz Fernando Almeida, juntamente com os demais técnicos e especialistas acima citado, expõe suas reflexões sobre os temas já abordados.

Segundo Luiz Fernando de Almeida, do Instituto Pedra o campo do patrimônio é cheio de paradoxos, obtendo uma estrutura de construção muito frágil, o que impede que o tema chegue ao campo de interesse político. Sobre esta visão, Luiz de Almeida expõe que é necessário trabalhar o patrimônio em outras dimensões, colocando a existência de um valor comum que se sobreponha ao privado, não sendo corporativo, mas sim de todos.

Sendo assim, a Conselheira Maria Rita Silveira de Paula Amoroso, coordenadora da CPC e coordenadora da mesa, agradece a participação dos convidados e pela contribuição dada, encerrando o Seminário.

**MARIA RITA AMOROSO**
Coordenador

**VANESSA GAYEGO BELLO FIGUEIREDO**
Coordenador-adjunto

**CASSIA MAGALDI**
Membro

**DILENE ZAPAROLI**
Membro

**CARLOS ALBERTO PALLADINI**
Membro

**ANDRÉ MEDEIROS**
Assessor